

TERMO DE REFERÊNCIA

4196/2024/GAPRO/DT

AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO RODOFERROVIÁRIO PARA FERROVIA DE BITOLA MÉTRICA

GERÊNCIA GERAL DE COORDENAÇÃO E PROGRAMAS - GAPRO

DIRETORIA TÉCNICA





SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE	4
2. OBJETO	5
3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	5
4. DA VISITA TÉCNICA	7
5. RESPONSABILIDADE DAS PARTES	8
6. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	11
7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO	11
8. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA E REGIME DE EXECUÇÃO	12
9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	13
10. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO E COOPERATIVAS	13
11. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E GARANTIA DOS SERVIÇOS	13
12. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO	16
13. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA	17
14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	17
15. MATRIZ DE RISCOS	18
16. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE	18
17. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	19
18. DISPOSIÇÕES GERAIS	19
19. ASSINATURAS	20



CBTU
Companhia Brasileira
de Trens Urbanos

TERMO DE REFERÊNCIA 2024

Nº 4196/2024/GAPRO/DT

GERÊNCIA GERAL DE COORDENAÇÃO E PROGRAMAS - GAPRO
DIRETORIA TÉCNICA

Aquisição de 01 (um) Caminhão Rodoferroviário para ferrovia de bitola métrica e entrega no Terminal Rodoferroviário de Brasília-DF.



1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

- 1.1. A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) está incumbida de realizar uma operação assistida de transporte de passageiros entre as cidades de Luziânia/GO e Brasília/DF, e visando a eficiência de tal, é fundamental a presença de um caminhão rodoferroviário de bitola métrica para a realização de atividades que buscam a segurança operacional em locais em que não há acesso rodoviário, como exemplo destas: a manutenção na via férrea e o restabelecimento dos sistemas do veículo leve sobre trilhos (VLT) quando necessários.
- 1.2. Esta demanda surgiu por parte do recurso financeiro disponibilizado para que a CBTU elaborasse um EVTEA – Estudo de Viabilidade Técnico, Econômico e Ambiental sobre o projeto de transporte de passageiros sobre trilhos entre Brasília/DF e Luziânia/GO, sendo prevista a operação em caráter experimental ao longo de 2024 com uso de 01 (um) VLT a ser cedido pela CBTU para que assim sejam levantadas as necessidades para a efetivação do transporte com conforto e segurança.
- 1.3. O objeto do presente Termo de Referência é essencial para que a CBTU possa, com sua expertise, iniciar o transporte de passageiros sobre trilhos, entre as cidades de Brasília/DF e Luziânia/GO, numa extensão de 60 km, atualmente concessionada a malha centro-leste da Ferrovia Centro Atlântica – FCA (Atual VLI), em operação experimental de trem de passageiros, com a circulação VLT que será transportado da Superintendência de Maceió/AL.
- 1.4. O transporte de passageiros sobre trilhos, entre as cidades de Brasília/DF e Luziânia/GO proporcionará oportunidade à população destas cidades ter mais um modal de transporte a sua disposição para deslocamentos para o trabalho, estudo e lazer, por exemplo.
- 1.5. Cabe destacar que o caminhão rodoferroviário proposto tem a capacidade de transportar até 08 (oito) funcionários, ferramentas e equipamentos necessários para a execução das atividades em questão.
- 1.6. O objeto deste TR é aderente aos planos da CBTU, conforme sua missão de promover e prover a mobilidade urbana por meio do transporte de pessoas sobre trilhos, como agente do Governo Federal, contribuindo para a qualidade de vida e desenvolvimento sustentável das cidades.



2. OBJETO

- 2.1. O presente Termo de Referência, denominado tão somente TR, tem por objeto a aquisição de 01 (UM) CAMINHÃO RODOFERROVIÁRIO PARA FERROVIA DE BITOLA MÉTRICA (1000 mm), novo, fabricado de acordo com todas as atuais normas brasileiras para o trânsito, tanto rodoviário quanto ferroviário.
- 2.2. O objeto destina-se à atividade assistida para transporte de passageiros a ser realizada pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU entre as cidades de Luziânia/GO e Brasília/DF, devendo a aquisição ser feita com única entrega.
- 2.3. Conforme o Estudo Técnico Preliminar nº 009-2024/GAPRO/DT, e considerando a natureza da contratação pretendida, o objeto pode ser caracterizado como BEM COMUM, nos termos do art. 113 do RILC-CBTU, combinado com o art. 3º, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019.
- 2.4. Será adotado o Pregão Eletrônico, especialmente as regras relativas ao modo de disputa da sessão pública. Conforme a Seção IV, em especial o Artigo 113 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC CBTU.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 3.1. Indicaremos a seguir as Especificações do Objeto para nortear o referido fornecimento, uniformizando as propostas apresentadas e permitindo desta forma uma análise mais criteriosa das mesmas.
- 3.2. A Contratada deverá observar integralmente as especificações do objeto supracitadas neste Termo de Referência.
- 3.3. Deverão ser observadas todas as atuais normas brasileiras para o trânsito, tanto rodoviário quanto ferroviário, para que o veículo em questão cumpra seu propósito com segurança e eficiência.
- 3.4. Deverão ser atendidas as Normas Regulamentadoras de Segurança – NR – em vigor no Brasil e a legislação de Meio Ambiente (Lei 6.938/81).
- 3.5. Deverão ser observados a Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento Interno de Licitações e Contratações - RILC- da CBTU.



-
- 3.6. O objeto deste TR, o Caminhão Rodoferroviário para ferrovia de bitola métrica, deve estar isento de defeitos ou falhas de qualquer espécie quando da data de sua entrega à Contratante.
- 3.7. O caminhão "Rodoviário" a ser usado neste objeto é comumente conhecido por $\frac{3}{4}$ e deve ter as seguintes características:
- Motor: Cilindrada mínima de 3.800cm³ e Potência mínima de 175 cv@2.500rpm
 - Combustível para tração: Óleo Diesel
 - Tração: 4x2
 - Distância máxima entre eixos: 3.900 mm
 - Comprimento total máximo: 6.420 mm
 - Peso Bruto Total (PBT): 10.600 a 10.800kg
 - Peso Bruto Total Combinado (PBTC): 13.000 a 13.200kg
 - Ângulo mínimo de Entrada: 18°
 - Ângulo mínimo de Saída: 24°
 - Rodas de Aço com Dimensões 17,5 x 6,75"
 - Pneus 235/75 R17,5"
- 3.8. O veículo/caminhão "Rodoferroviário", objeto final deste TR, deve ser equipado com:
- Um conjunto rodoferroviário comandado por PLC com IHM (Interface Homem Máquina) instalada no painel do veículo, composto de rodas ferroviárias, limpa trilhos instalados à frente das rodas ferroviárias, articulações, sistema hidráulico, travas e suspensão com a finalidade de possibilitar que o veículo possa trafegar sobre a via férrea de bitola de 1.000mm, à velocidade de até 50 km/hora, em ambos os sentidos com absoluta segurança.
 - Um sistema de reversão que permita trafegar em via permanente em ambos os sentidos utilizando todas as velocidades da caixa de marchas do veículo e com acionamento pneumático,
 - Câmeras de vídeo conectadas a um monitor LCD instalado na cabine do veículo e posicionadas de forma a permitir a visualização dos sistemas ferroviários tanto na dianteira quanto na traseira do veículo.



- Uma cabine suplementar para o transporte de mais 05 (cinco) passageiros.
- A carroceria deve ser metálica e aberta.
- Engates para reboque traseiro e dianteiro visando o transporte de pequenos troles ou carretas.
- Um guindaste hidráulico articulado instalado no final da carroceria metálica. Montado no veículo para elevação de cargas diversas, deverá ter capacidade nominal de carga igual ou superior a 8000 kgf*m, com pelo menos 02 lanças hidráulicas, com alcance vertical do solo mínimo de 15m e alcance horizontal mínimo de 10m, e ângulo de giro possibilitando 360º. O sistema todo deverá ter capacidade máxima de carga em torno de 5500 Kg e contemplar sistema de sapatas estabilizadoras hidráulicas de no mínimo 02 unidades estabilizadoras.
- Destaca-se que é fundamental a execução de reforço estrutural no chassi do veículo a fim de suportar o significativo peso decorrente da instalação do kit rodoferroviário e do guindaste hidráulico.

3.9. Todos os serviços e fornecimento dos materiais deverão ser executados de forma a atender às Normas Técnicas Brasileiras (ABNT), exigências, Especificações e Instruções de Serviços explicitadas neste termo de referência.

3.10. Da execução do serviço:

Serão de responsabilidade da CONTRATADA todas as providências a serem tomadas para o fornecimento do veículo tal como a execução de serviços de instalação e adaptação do mesmo seguindo todas as especificações constantes no item anterior deste Termo de Referência, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais. **O material rodante deverá ser entregue em local a ser definido pela CONTRATANTE, inicialmente no Terminal Rodoferroviário localizado em Brasília/DF.** É importante ressaltar que o veículo de serviço não poderá sofrer quaisquer tipos de avarias, supressões e/ou outros danos que inviabilizem sua plena capacidade operacional no processo de entrega.

4. DA VISITA TÉCNICA

4.1. A visita técnica não é obrigatória. As empresas interessadas em participar da licitação poderão realizar visita técnica, caso haja necessidade. A visita tem por finalidade conhecer a área de entrega do objeto deste TR, bem como as possíveis interferências para a realização desta etapa;



- 4.2. A visita poderá ser realizada, no horário das 08:30 às 16:30h, até o penúltimo dia útil anterior à data da licitação, mediante prévio agendamento solicitado até o 5º dia útil que precede a licitação, agendando com a CBTU através dos Srs. André Joia (61-99464-8228) e Daniel Santos (61-2107-8343).
- 4.3. Caso a empresa opte por não realizar a visita técnica, a mesma deverá elaborar uma “declaração de renúncia à visita técnica”, sendo que, nesses casos, a empresa não poderá alegar futuramente o desconhecimento das peculiaridades do local de execução dos serviços para solicitar alterações ou pleitear aditivos.
- 4.4. A interessada deverá apresentar ou o “**atestado de visita técnica**” ou a “**declaração de renúncia à visita técnica**” juntamente com a documentação entregue à CBTU, para fins de participação no processo de contratação.

5. RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Responsabilidades da Contratada:

- 5.1. Nenhuma alteração poderá ser feita pela CONTRATADA aos termos e unidades adotadas neste documento, sob a alegação de insuficiência de dados ou informações sobre o fornecimento e os serviços de transporte, carga e descarga do objeto deste TR, como também as condições existentes nos locais de entrega.
- 5.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no TR, nos seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto.
- 5.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e na proposta aceita pela CBTU, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de validade, bem como a garantia.
- 5.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) e Art. 76 da Lei 13.303, de 2016.



- 5.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste TR ou em outro acordado com a gestão e fiscalização do Contrato, o objeto com avarias ou defeitos.
- 5.6. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, comprovando a impossibilidade.
- 5.7. Manter, durante o fornecimento do objeto e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, da proposta e de qualificação.
- 5.8. Fornecer o objeto desta contratação dentro dos melhores padrões de qualidade seguindo as especificações contidas neste TR e os normativos aplicados à fabricação do objeto do Instrumento Contratual.
- 5.9. Atender às observações e reclamações da fiscalização da CONTRATANTE concernentes ao fornecimento e execução do objeto.
- 5.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as leis Federais, Estaduais e Municipais e inclusive os regulamentos, normas, instruções e diretrizes que lhe forem aplicáveis e necessárias ao seu funcionamento como empresa, além da obtenção de todas as licenças, alvarás e autorizações relacionadas direta ou indiretamente ao fornecimento contratado e ao exercício de suas atividades nas jurisdições em que os mesmos acontecem.
- 5.11. Todas as despesas de Contrato, Seguros, Leis Sociais, INSS, e outras que incidirem sobre o fornecimento, equipamentos e pessoal, serão de inteira responsabilidade da Contratada.
- 5.12. Será de responsabilidade exclusiva da Contratada a indenização de quaisquer acidente de trabalho resultante de execução dos serviços contratados, ou qualquer caso fortuito. Será também de sua responsabilidade a eventual destruição ou danificação, por terceiros, dos serviços executados, até a aceitação definitiva dos mesmos, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública.
- 5.13. Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.
- 5.14. A CBTU não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto deste TR, bem como por qualquer dano



causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

- 5.15. Durante toda a execução do Contrato a CONTRATADA se compromete a observar integralmente os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela CBTU.
- 5.16. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à CONTRATADA, ainda, solicitar formalmente cópia dos mesmos ao Gestor do Contrato:
- 5.17. Código de Ética:
- 5.18. <https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;
- 5.19. Código de Conduta e Integridade:
- 5.20. https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf;
- 5.21. Política de Transações com Partes Relacionadas:
- 5.22. https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.
- 5.23. Deverão constar na proposta de preços apresentada todas as taxas, impostos e tributos que deverão fazer parte do preço final do objeto desta Licitação.
- 5.24. A contratada deverá observar os itens referentes às obrigações da contratada que constam no Edital.

Responsabilidades da CONTRATANTE:

- 5.25. Exercer ampla fiscalização durante o fornecimento, devendo a mesma ou qualquer preposto por ela autorizado ter acesso às instalações da CONTRATADA a qualquer tempo.
- 5.26. Fiscalizar a execução do contrato de acordo com o especificado e notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na fabricação, transporte e entrega do material.
- 5.27. Promover através de seu representante (FISCAL-CBTU e GESTOR-CBTU) o acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.
- 5.28. Solicitar da CONTRATADA e de seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.



- 5.29. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido e/ou nos serviços prestados, para que sejam substituídos e/ou reparados, e/ou corrigidos.
- 5.30. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto desta contratação, nos prazos e formas estabelecidos neste TR e seus anexos.
- 5.31. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos.
- 5.32. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à CONTRATADA, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação ao objeto contratado.
- 5.33. A CONTRATANTE deve comunicar tempestivamente à CONTRATADA qualquer alteração em relação à mudança do endereço de entrega.
- 5.34. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. As sanções administrativas aplicadas após regular processo administrativo, em decorrência de atos praticados durante a fase externa da licitação ou na execução do contrato, estão previstas no Edital e no Instrumento Contratual, observadas, ainda, as disposições legais e regulamentares.
- 5.35. A CONTRATANTE deverá aprovar a Certificadora apresentada pela CONTRATADA.
- 5.36. Promover o arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto desta contratação.
- 5.37. Expedir, após o encerramento do Contrato, o respectivo Termo de Encerramento, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato, providenciando a correta assinatura pelas partes contratantes, observadas as normas internas da CBTU.

6. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 6.1. O prazo de execução contratual será de 05 (cinco) meses, contados a partir da data da assinatura da Ordem de Execução e conforme o cronograma físico-financeiro presente no Anexo.



7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A CONTRATANTE receberá definitivamente o objeto deste TR no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da entrega no local indicado e após a verificação do atendimento às especificações ora apresentadas, com fiscal preposto da CONTRATANTE atestando a Nota Fiscal relacionada;
- 7.2. Se o objeto não estiver de acordo com a especificação ou demais condições constantes neste TR, a CBTU notificará o fornecedor para correção de inconsistências, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;
- 7.3. O reparo de quaisquer danos ou avarias decorrentes da inadequação dos procedimentos adotados, ou outros quaisquer relacionados ao embarque, transporte ou desembarque do objeto e de seus componentes, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;
- 7.4. O prazo máximo para resolução de inconsistência proveniente do bem fornecido pela CONTRATADA no evento da entrega provisória será de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente pela CONTRATANTE.
- 7.5. A CONTRATADA será responsável pela contratação, movimentação, expedição e transporte do objeto e de seus componentes, em suas perfeitas condições operacionais, das suas instalações ou de seus subfornecedores até o local de entrega definido pela CONTRATANTE.

Sobre o pagamento:

- 7.6. As faturas para pagamento serão emitidas após atesto dos fornecimentos do objeto deste contrato, pelo Fiscal do Contrato.
- 7.7. As Notas Fiscais / faturas relativas ao fornecimento dos objetos deverão ser entregues pela CONTRATADA, e serão pagas pela CONTRATANTE, até 30 (trinta) dias da data de recebimento, podendo esse prazo ser interrompido, sempre que a CONTRATANTE solicitar, por escrito, quaisquer esclarecimentos à CONTRATADA, referente ao valor dos serviços.
- 7.8. As Notas Fiscais/faturas deverão vir acompanhadas da documentação indispensável à aferição de sua exatidão, bem como das certidões atualizadas CNDT, CRF e da Certidão da Receita Federal.



- 7.9. 7.4 O pagamento das etapas de medição será realizado em até 30 dias, após a apresentação pela empresa dos documentos solicitados pela CBTU, desde que estes documentos estejam totalmente regulares, de acordo com as regras deste Termo de Referência, e de seus anexos.
- 7.10. 7.5 Qualquer não regularidade encontrada pela CBTU reinicia o prazo de pagamento, quando da regularização da(s) pendência(s) pela CONTRATADA.
- 7.11.

8. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA E REGIME DE EXECUÇÃO

- 8.1. A apresentação da proposta deve seguir o formato apresentado no Anexo "Modelo de Proposta de Preço";
- 8.2. O critério de julgamento de proposta mais vantajosa será o de **Menor Preço Global** desde que atendidas às exigências técnicas do Edital sendo, porém, garantidas as prerrogativas de preferência das MEs, EPPs e MEIs previstas na Lei Complementar nº 123/2006. O valor estimado desta contratação é sigiloso, conforme art. 34 da Lei 13.303/2016 e art. 83 do RILC/CBTU.
- 8.3. O Regime de execução será Empreitada por Preço Global.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.1. Em face do objeto a ser licitado a licitante deverá apresentar:
- 9.1.1. A fim de assegurar a execução das atividades por empresas tecnicamente capacitadas, a Contratada deverá apresentar documentos que comprovem a capacidade técnica, para isto deverá apresentar:
- 9.2. Capacidade Técnica Operacional - Comprovação de aptidão para execução do objeto, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica de fornecimento, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emissor declarando ter o licitante executado em quantidade de pelo menos um equipamento com especificações similares (item 3.7 e item 3.8 deste TR) ou superiores a do material rodante considerado no objeto.



10. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO E COOPERATIVAS

- 10.1. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio por tratar-se de aquisição de bem comum para fornecimento de um item.
- 10.2. É vedada a subcontratação do objeto, admitindo-se, no entanto, a subcontratação para serviços acessórios, tais como: carga, descarga, transporte, frete, etc.
- 10.3. A CONTRATADA é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados por empresa subcontratada em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência.
- 10.4. Será admitida a participação de licitantes por meio de cooperativas.

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 11.1. A CONTRATADA prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:
 - 11.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da CBTU, conforme orientação da gestão do contrato.
 - 11.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;
 - 11.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.
- 11.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CBTU o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.
 - 11.2.1. A CONTRATADA poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da



garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da CBTU, mediante anuência da gestão do contrato.

- 11.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.3.1. Os prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 11.3.2. Prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 11.3.3. As multas sancionatórias aplicadas pela CBTU à CONTRATADA.
 - 11.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela CONTRATADA.
- 11.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no item anterior.
- 11.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à CONTRATADA após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.
- 11.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.
- 11.7. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA.
- 11.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 11.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CBTU a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, e dos artigos 239 e 240, do RILC/CBTU.
- 11.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela CBTU ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou



substituição da garantia prestada no prazo determinado pela CBTU, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

11.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

11.12. Será considerada extinta a garantia:

11.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da CBTU;

11.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CBTU não comunique a ocorrência de sinistros.

11.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela CBTU o Termo de Encerramento, cientificando que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.13. A CBTU não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

11.13.1. Caso fortuito ou força maior;

11.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

11.13.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CBTU;

11.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da CBTU.

11.14. Caberá à própria CBTU apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 13.3.3 e 13.3.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CBTU.

11.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste Termo de Referência.

11.16. Garantia do equipamento:

11.16.1. A CONTRATADA deverá contemplar rigorosamente a garantia dos equipamentos fornecidos, nos termos e no prazo da garantia mínima legal pertinente, a contar do seu recebimento definitivo, conforme disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor).



- 11.16.2. Os equipamentos fornecidos deverão ter garantia total durante o período de 12 (meses) anos, contado a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e, incluindo os materiais aplicados/fornecidos.
- 11.16.3. Fica perfeitamente acordado que, durante o período de garantia, a CONTRATADA se compromete a repor os equipamentos e/ou materiais em perfeitas condições de uso, no menor prazo possível, para as aplicações que forem reconhecidamente defeituosas no seu todo ou em suas partes componentes, considerando ainda que todo material e mão-de-obra necessários ao cumprimento do exposto anteriormente ficarão a cargo da CONTRATADA.
- 11.16.4. A aceitação pela CBTU de qualquer equipamento, material ou serviço não exime a CONTRATADA de plena responsabilidade de todas as garantias estabelecidas, sendo ainda (a garantia) independente de todo e qualquer resultado decorrente dos ensaios realizados.

12. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO

- 12.1. O valor do contrato será fixo e irrevogável;
- 12.2. As condições e sugestões pré-concebidas para fatos supervenientes à assinatura do contrato que alterem o equilíbrio do mesmo estão dispostas no Anexo "Matriz de Risco".

13. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA

- 13.1. O prazo de execução será de **05 (cinco) meses** após a data de assinatura da Ordem de Execução expedida pela CBTU.
- 13.2. A vigência do contrato abrangerá as etapas de aprovação e recebimento definitivo conforme previsto no RILC, totalizando **08 (oito) meses** a partir da data de assinatura do Contrato.
- 13.3. O prazo previsto de vigência do Contrato poderá ser suspenso ou prorrogado em virtude de caso fortuito ou de força maior. Nestes casos, será comunicado o fato à CONTRATANTE por



escrito, a qual, se aceitar suas razões, suspenderá ou prorrogará as obrigações contratuais, enquanto perdurem os motivos relevantes invocados e aceitos, atribuindo-se ao contrato, a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão dos serviços.

- 13.4. A emissão da ordem de execução do serviço será emitida apenas mediante a apresentação da devida modalidade de garantia.

14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 14.1. A CONTRATANTE nomeará prepostos (ao menos um gestor e um fiscal), que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato, à luz do instrumento contratual, tratando das pendências e levando-as às autoridades competentes para dirimi-las caso se faça necessário;
- 14.2. O Fiscal da CONTRATANTE deve informar ao Gestor sempre que constatada alguma irregularidade com a execução ou faturamento do objeto contratado, o qual (o gestor) fará as tratativas com o responsável da CONTRATADA para dirimir questões ou aplicar sanções, quando cabível;
- 14.3. A ausência ou omissão da Fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas no Contrato;
- 14.4. As inspeções para verificação do objeto contratado, quando necessárias, deverão ocorrer com acordo prévio de datas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.



15. MATRIZ DE RISCOS

- 15.1. A matriz de risco é o instrumento que define as responsabilidades da Contratante e da Contratada na execução do contrato.
- 15.2. A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco - Anexo IV.
- 15.3. A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste, cuja responsabilidade é da Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Riscos.
- 15.4. O caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Riscos são de responsabilidade da Contratada;
- 15.5. É vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos alocados na matriz de riscos como de responsabilidade da Contratada.

16. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 16.1. Considerando a natureza da contratação pretendida, recomenda-se que o objeto a ser licitado siga as diretrizes dispostas na legislação vigente, principalmente com relação à emissão de poluentes, conforme a legislação ambiental.
- 16.2. O equipamento rodoferroviário deverá estar alinhado com relação ao Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores P8 (PROCONVE P8) e suas atualizações.
- 16.3. A empresa FORNECEDORA do equipamento deverá seguir as recomendações da equipe técnica da CBTU durante o período de entrega e garantia do material, conforme necessidade.
- 16.4. Caso a empresa FORNECEDORA possa fornecer documentação especializada como certificações e/ou outra documentação técnica relacionados à gestão ambiental da empresa, será um diferencial.



- 16.5. Ao longo da execução de todo o processo objeto desta licitação, a empresa FORNECEDORA deve estar em consonância com toda a legislação aplicável relacionada ao meio ambiente e sustentabilidade, podendo a mesma, em caso de desacordo, sofrer as penalidades cabíveis.

17. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1. Plano interno (PI): LUZ71100003
17.2. Plano de Trabalho 15453003228430001
17.3. Natureza de despesa 449052
17.4. Categoria econômica: Investimento

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 18.2. A CBTU é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.
- 18.3. A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico das Empresas Estatais, pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - PREGÃO ELETRÔNICO e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos CBTU - RILC, disponível em: https://www.CBTU.gov.br/images/licitacoes/rilc_CBTU.pdf.



- 18.4. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições constantes neste TR e na legislação pertinente, prevalecerão as disposições legais vigentes; o que poderá, inclusive, dar ensejo a celebração de termos aditivos.
- 18.5. A CONTRATADA se compromete por si, seus empregados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade, em relação ao conteúdo dos procedimentos e normas da CBTU, ou de qualquer informação que vier a receber, ou que tomar conhecimento, em virtude da presente contratação.
- 18.6. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução dos serviços contratados serão decididos pela CBTU, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC-CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.
- 18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste TR excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.
- 18.8. As demais formalidades inerentes ao fornecimento do objeto desta contratação deverão estar em conformidade com o Instrumento Contratual.

ASSINATURAS

Brasília, 27 de agosto de 2024.



Andre Correa Joia
Analista Técnico – Eng Civil
Adj DT - CBTU/AC



Fabricio Marchi Mendes
Analista Técnico – Arquiteto
GAPRO - CBTU/AC

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO							
AQUISIÇÃO DE 1 (UM) CAMINHÃO RODOFERROVIÁRIO							
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL POR ETAPA	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05
PLATAFORMA VALPARAISO DE GOIAS							
1	FORNECIMENTO / ENTREGA	100%	0%	0%	0%	0%	100%
			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	SOMA						
	PERCENTAGEM		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
	CUSTO		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	PERCENTAGEM ACUMULADA		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
	CUSTO ACUMULADO		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

MATRIZ DE RISCO

1. RISCOS RELATIVOS ÀS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES PRESENTES NO TERMO DE REFERÊNCIA

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
1.1	Estimativa de prazo de execução incorreta	Prazo não é atingível por erro de estimativa na elaboração do Termo de Referência	CBTU	Baixa	Muito Baixa	CONTRATADA deve apresentar relatório expondo em detalhes a justificativa para atraso na entrega total ou de etapas da execução, ficará então a cargo do(s) fiscal(is) da CBTU avaliar se acata a justificativa e estende o prazo ou se aplica as sanções contratuais previstas.
1.2	Alterações de especificações/condições do TR por parte da CBTU	Alterações de especificações/condições do TR por parte da CBTU com acréscimo de custos ao CONTRATO. Fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução do Termo de Referência	CBTU	Média	Baixa	Gestor designado pela CBTU deve elaborar relatório detalhado da(s) alteração(ões) proposta(s) com as respectivas justificativas e solicitar reequilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.
1.3	Alterações de especificações/condições do TR por solicitação da CONTRATADA	Alterações ou complementações de especificações/condições do TR por solicitação da CONTRATADA, com diminuição ou acréscimo de custos ao CONTRATO	AMBOS	Média	Média	Caso a CONTRATADA detecte falhas ou ausência de especificação no TR durante a execução, deverá elaborar relatório detalhado das alterações propostas, com custos ou ganhos compartilhados, para o Gestor designado pela CBTU. Se considerado justificável e viável ou necessário, o Gestor designado pela CBTU deve solicitar reequilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.

MATRIZ DE RISCO

2. RISCOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
2.1	Erro na estimativa de custos por parte da CONTRATADA para os serviços e materiais já informados	Subdimensionamento de custos por parte da CONTRATADA ou ausência de insumos existentes na elaboração dos preços ofertados	CONTRATADA	Alta	Baixa	TR/EDITAL deve prever visita técnica.
						Todos os materiais, serviços e despesas correlatas são obrigação da CONTRATADA dentro do preço ofertado, devendo ela arcar com os custos decorrentes de erros orçamentários. Em caso de comprometimento da execução contratual por conta disto, cabe à fiscalização da CBTU aplicar as sanções previstas.
2.2	Atraso de conclusão total ou de etapas da execução	A CONTRATADA atrasa a entrega total ou de etapas da execução	CONTRATADA	Média	Baixa	CONTRATADA deve apresentar relatório expondo em detalhes a justificativa para atraso na entrega total ou de etapas da execução, ficará então a cargo do(s) fiscal(is) da CBTU avaliar se acata a justificativa ou se aplica as sanções contratuais previstas.
2.3	Custos adicionais causados por roubo, furto, vandalismo, depredações, acidente no carregamento rodoviário e/ou içamento, perdas ou qualquer imprevisto dessa natureza.	Enquanto o(s) material(is) rodante(s), ou quaisquer de suas partes, estiver sob responsabilidade da CONTRATADA	CONTRATADA	Alta	Baixa	Nestes casos os custos deverão ser arcados pela CONTRATADA, podendo-se recorrer ao seguro para reparação financeira.
2.4	Segurança no trabalho	Custos causados por acidentes de trabalho, segurança inadequada ou ausente	CONTRATADA	Alta	Baixa	Nestes casos os custos deverão ser arcados pela CONTRATADA, dado que a execução, e todos os seus requisitos práticos, é de sua atribuição.

MATRIZ DE RISCO

2.5	Responsabilidade civil quanto a terceiros	Custos por prejuízos causados a terceiros	CONTRATADA	Média	Baixa	O contrato deve prever que nestes casos os custos deverão ser arcados pela CONTRATADA. Contratação de seguro pela CONTRATADA.
2.6	Casos fortuitos ou força maior	Custos gerados por caso fortuito ou força maior	AMBOS	Média	Muito baixa	Exigência de seguro, por parte da CONTRATADA, para o contrato. CONTRATADA deve apresentar relatório expondo em detalhes a justificativa para a elevação de custos. Ficará então a cargo do(s) fiscal(is) da CBTU avaliar se a justificativa será acatada mediante reequilíbrio econômico-financeiro.
2.9	Atraso na liberação de instalações ou documentos	Custos gerados por atrasos da CBTU na liberação de locais ou instalações ou na entrega de documentos	CBTU	Média	Baixa	CONTRATADA deve incluir em sua proposta comercial tudo quanto for necessário, em especial por parte da CBTU, informando os prazos, para evitar imprevistos na liberação. Gestor da CBTU deve elaborar relatório apresentando detalhadamente os fatos ocorridos e solicitar reequilíbrio econômico financeiro do contrato.
2.10	Falhas de execução	Defeitos de execução dos SERVIÇOS causados pela CONTRATADA ou seus subcontratados, se houver	CONTRATADA	Alta	Média	Exigência de qualificação técnica no TR, seguro garantia, qualificação técnica de subcontratados. A CBTU deve prever disponibilidade do(s) seu(s) fiscal(is) para acompanhamento minucioso da execução. Responsabilização financeira pela CONTRATADA, sem ônus para a CBTU.
2.11	Falta de recursos, por parte da CONTRATADA, para a execução	A CONTRATADA não possui os recursos ou não obtém financiamento para a execução	CONTRATADA	Alta	Muito baixa	Exigência prevista no TR ou Instrumento Contratual de disponibilidade de caixa ou de carta de instituição financeira assegurando liquidez. Início da execução apenas quando apresentada comprovação de que a CONTRATADA contratou seguros e garantias contratuais exigidas no TR.

MATRIZ DE RISCO

2.12	Falência da CONTRATADA ou de subcontratada	Falência da CONTRATADA ou de empresa envolvida diretamente na execução	CBTU	Média	Muito baixa	Exigência de demonstrativos financeiros da CONTRATADA prevista no TR ou Instrumento Contratual.
						Solicitação de reparo econômico pelo seguro.

3. RISCOS AMBIENTAIS

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
3.1	Custos ambientais	Custos excessivos para atendimento de normas ambientais	CONTRATADA	Média	Muito baixa	Todos os materiais, serviços e despesas correlatas são obrigação da CONTRATADA dentro do preço ofertado, devendo ela arcar com os custos decorrentes de erros orçamentários. Em caso de comprometimento da execução contratual por conta disto, cabe à fiscalização da CBTU, prezando pelo benefício à companhia, decidir se acatará as justificativas da CONTRATADA e solicitará reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou se aplicará as sanções previstas.

4. RISCOS LEGAIS E/OU REGULATÓRIO

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
4.1	Mudança das normas	Alterações na legislação ou outras normas que impliquem em aumento de custos	AMBOS	Média	Baixa	Respeito ao ato jurídico perfeito, estabilidade institucional e contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.
4.2	Alteração da carga tributária	Alteração da carga tributária incidente sobre o CONTRATO	AMBOS	Baixo	Média	Reequilíbrio econômico-financeiro.
4.3	Direito Empresarial e Societário	Custos advindos do não cumprimento da legislação empresarial e/ou societária por parte da CONTRATADA	CONTRATADA	Média	Muito baixa	Previsão contratual de cumprimento das normas societárias. Sanções contratuais impostas à CONTRATADA.
4.4	Direito do Trabalho	Custos advindos do não cumprimento da legislação trabalhista por parte da CONTRATADA	CONTRATADA	Média	Muito baixa	Previsão contratual de obrigatoriedade de atendimento das normas trabalhistas.

MATRIZ DE RISCO

						Sanções contratuais impostas à CONTRATADA.
--	--	--	--	--	--	--

5. RISCOS CONTRATUAIS

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
5.1	Rescisão do CONTRATO	Rescisão contratual por consenso entre as partes	AMBOS	Alta	Muito baixa	Indenização prevista no CONTRATO, arbitragem.
5.2	Rescisão do CONTRATO por decisão judicial	Rescisão judicial por ação movida pela CBTU	CONTRATADA	Alta	Muito baixa	Indenização prevista no CONTRATO.
5.3	Anulação	Anulação do CONTRATO por vícios insanáveis	CBTU	Alta	Muito baixa	Indenização prevista no CONTRATO, arbitragem.
5.4	Término do CONTRATO por força maior	Término antecipado do CONTRATO causado por evento natural catastrófico	AMBOS	Alta	Muito baixa	Contratação de seguros por parte da CONTRATADA, indenização, arbitragem.

6. RISCOS DA LICITAÇÃO

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
6.1	Licitação vazia	Dificuldades impostas no TR/EDITAL pela CBTU	CBTU	Alta	Baixa	Conferir exigências de qualificação das empresas durante a pesquisa de mercado, divulgação previa, consulta pública do EDITAL.
6.2	Impugnação do certame	Dificuldades impostas pela CBTU para habilitação e aceitação de proposta	CBTU	Alta	Baixa	Pesquisa de mercado bem elaborada. Anulação por vício insanável.
6.3	Alto índice de impetração de recurso administrativo	Textos com interpretação ambígua, falta de definição clara, exigências incomuns e não destacadas	CBTU	Alta	Baixa	Revisão de textos, anulação por vício insanável.